POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO BRASIL.*

*Manoel Rodrigues Chaves***

Resumo:

O presente artigo analisa as dificuldades em se estabelecer uma política de meio ambiente que seja representativa das complexidades inerentes ao território brasileiro. Demonstra que o conceito de "Desenvolvimento Sustentável", como estratégia global de desenvolvimento, necessita superar a visão histórica da natureza às leis de mercado e buscar uma sustentabilidade social para o futuro do homem no planeta.

Abstract

This article makes an analyse of the difficulties to establish an environment politics that is representative of the complexities of the brazilian territory. This demonstrates that the 'self-support development', as a global strategy of developement, need to overcome the historic vision of the nature with market haves and seek for social support to the human future in the planet.

A partir da segunda metade do século XX, a questão ambiental passa a compor com as várias formas de manifestações e movimentos organizados, que reivindicam mudanças concretas no nível de organização social em qualquer escala de abrangência. Ao insurgir também como resposta à crise econômica e social contemporânea, a questão ambiental aponta para a possibilidade de novas formas de participação. Estimula o debate político e reacende a cidadania do "lugar social", além de colaborar para promover a discussão de questões como a ética, a política, a cultura, a cidadania, etc.

Há uma profunda crise contemporânea que reflete, objetivamente, a esgotabilidade de um processo produtivo que, ao tornar-se global, escancara sua face perversa através de várias formas de degradação sócio-ambiental. Duas questões, que estão longe de serem equacionadas, são atualmente colocadas como os grandes desafios para a sociedade do século XXI: produzir de

---

*Texto baseado em trabalho apresentado na mesa-redonda "Lazer e Políticas Ambientais" por ocasião do Simpósio *Cultura e Fim de Milênio*, promovido pelo NIESC-UFG/CAC em Maio de 2000.

**Professor Assistente do Curso de Geografia do Campus de Catalão-UFG e doutorando em Geografia pelo IGCE-UNESP - Campus de Rio Claro.

forma sustentada, ou seja garantir o abastecimento para as futuras gerações e distribuir de forma mais eqüitativa a produção. No primeiro caso trata-se de redirecionar os investimentos em pesquisas e novas tecnologias, colocando-as a serviço da conservação, recuperação e preservação dos recursos naturais e, no segundo caso, trata-se de desenvolver mecanismos eficientes para acabar com a fome e a miséria absoluta de cerca de 20% da população do mundo. Em outras palavras, há um problema de ordem técnica e outra questão que depende basicamente da política global.

Os principais problemas apontados por ocasião da I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, tais como o efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, poluição generaliza, acréscimo de gás carbônico na atmosfera, ameaça de superaquecimento da terra, queimadas, erosão dos solos, etc., estão longe de serem solucionados. Isto porque os protocolos de intenções exigem mudanças substanciais nas políticas internas e externas, principalmente dos paises ricos. Deve-se levar em consideração, entretanto, que há um esforço de governantes e da sociedade civil na busca de soluções, a partir de novas tecnologias e mecanismos de controle, gestão, planejamento e para o estabelecimento de políticas para o meio ambiente em todas as partes do mundo. Afinal de contas, não era somente o futuro da humanidade que estava sendo colocado em risco, mas também a continuidade do modelo econômico vigente.

Na realidade, as varias formas de manifestação da degradação ambiental em todo o mundo materializam uma serie de conflitos a esfera da produção social, na medida que toda relação de produção, mediada pelo trabalho, está vinculada a uma forma de relação do homem - enquanto ser social – e a natureza – enquanto base da produção material da sociedade. Portanto, qualquer relação de trabalho significa uma forma de apropriação da natureza pelo homem. A degradação ambiental assume proporções gigantescas em nosso tempo, em face de que há uma exploração, uma apropriação e uma distribuição desigual do produto final dessa relação estabelecida.

A questão ambiental no Brasil

Apesar do enorme potencial em biodiversidade – apontada como a riqueza estratégica para o futuro - o Brasil mantêm seu secular modelo de desenvolvimento econômico, baseado na exploração indiscriminada dos recursos naturais e sem uma preocupação conservacionista. Mesmo o recente estabelecimento de uma política de meio ambiente no Brasil, se assenta, ainda, no mito desenvolvimentista do pós-guerra. De alguma forma, o argumento da necessidade do progresso tem sobrepujado os "limites ecossistêmicos", dissociando as práticas produtivas do potencial ecológico e das questões soci-

ais e culturais.

Casseti (1991), aponta o fato de que a "essência" da questão ambiental assenta-se na histórica sujeição do Estado brasileiro aos interesses das relações capitalistas internacionais. Tanto, que mesmo com as graves ameaças apresentadas ao mundo durante a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, o Brasil continuou dissociando a questão ambiental da realidade econômica e social, através da ideologia do desenvolvimento a qualquer preço.

Ferreira (1992), também assinala que até a década de 70, o país realizava-se no mito desenvolvimentista e, portanto, a questão ambiental, sob as perspectivas de valores predatórios, era tratada como antítese do desenvolvimento nacional.

Em termos de análise global, no entanto, afirma Casseti (1991), que a política adotada a partir de 1964 e, sobretudo a partir de 1974, acelerou o processo de degradação dos espaços rurais e provocou alteração substancial da qualidade ambiental das áreas urbanas, gerando um antagonismo entre infra-estrutura de serviços e ambiente ecológico, o que respondeu pela importância gerencial dos municípios. Tudo isso sem considerar o grau de deterioração do nível social, onde o processo de favelização assumiu proporções sem precedentes.

O Brasil, como um dos principais organizadores do bloco dos países em desenvolvimento, durante a conferência de Estocolmo, tinha uma enorme resistência ao reconhecimento da importância da problemática ambiental. A reconhecida potencialidade em recursos naturais servia de argumento à necessidade e possibilidade do incremento de espaços produtivos, que garantissem a continuidade do progresso econômico.

> *O Estado brasileiro define a problemática ambiental como controle da poluição e preservação de algumas amostras de ecossistemas naturais. Considera-se que os recursos naturais do Brasil são quase infinitos e que, ao invés de usá-los de modo conservacionista (como propõe o programa ambientalista internacional), deve se explorá-los de modo mais rápido e intenso possível para atingir altas taxas de crescimento econômico.* (Viola, 1992:83-84).

Os representantes do Brasil na referida Conferência defenderam posições bastante claras com relação às questões ambientais. Em primeiro lugar, os delegados defenderam que o crescimento econômico não deveria ser sacrificado em nome de um ambiente mais puro; defenderam ainda, uma situação contrária às medidas de controle populacional e, por último, uma defesa intransigente da tese da soberania nacional. Esses foram os

elementos básicos da política externa brasileira que saíram vitoriosos de Estocolmo e assim modelaram as políticas ambientais internamente. Ferreira (1996).

O Brasil, no inicio da década de 70, vivia intensamente a ditadura militar e realizava-se no mito desenvolvimentista. Com isso a questão ambiental era tratada como antítese do crescimento econômico e social. A primazia do desenvolvimento econômico, os preceitos da soberania e da segurança nacional e a compartimentalização do gerenciamento ambiental, através da perícia burocrática, permanecem como políticas básicas de sustentação do progresso. Dessa forma, a questão ambiental também não esteve no discurso básico da Nova República, muito menos nas suas políticas efetivas. Ferreira & Ferreira (1996).

Sintetizando a política ambiental brasileira nas décadas de 70 e 80, assinalam as autoras:

> *Assim tal qual há 20 anos, as preocupações com a descapitalização inviabilizando o desenvolvimento econômico nacional, continuam envoltos pela retórica da pobreza.* (Ferreira & Ferreira, 1996:22).

Há ainda uma forte influência desse pensamento na forma de avaliação da questão ambiental pelos tecnocratas no Brasil. Continuam avaliando o desenvolvimento econômico como superior ao desenvolvimento social e político, revelando uma coesão ideológica com os seus parceiros do setor privado. A ideologia dominante, que tem profunda repercussão nos níveis de degradação ambiental, é de que a necessidade de um rápido crescimento econômico tem prioridade sobre uma política de conservação, sobretudo em um país "farto" de recursos naturais. Por outro lado, há uma tendência em situar a questão ambiental em relações simplistas, derivadas de um referencial teórico que sintetiza as complexas relações da sociedade com a natureza através de um balanço contábil/energético.

Para Ferreira (1996), a crise atual tem profundas raízes históricas e as possíveis soluções devem ser encontradas no próprio sistema social. Nesse sentido a autora discute as dimensões da desordem ecológica apontando três características básicas que permeiam a realidade brasileira e que influenciam no estabelecimento de uma política de meio ambiente que possa ser representativa dos interesses coletivos. Em primeiro lugar a autora refere-se aos elementos históricos que caracterizam a formação social do Brasil: uma hierarquia patrimonialista, o paternalismo, a repressão e o autoritarismo; em segundo lugar o Estado possui uma estrutura de poder concentradora e exclusivista e finalmente um forte padrão tecnocrata e formalista na resolução dos conflitos. Tem-se, portanto, um aparato institucional autoritário que fortalece gradativamente o Estado em detrimento da sociedade civil, limitando cada vez mais os espaços representativos de uma cidadania plena.

A construção de políticas públicas, inclusive de meio ambiente, a partir da sociedade civil exige o rompimento com a tradição paternalista e clientelista que levam à submissão da cidadania ao governo estabelecido. Quando esse público não reflete os interesses coletivos ele distancia-se da sociedade e as instituições, deliberadamente, ou não, perdem a credibilidade.

> *O Brasil transformou-se de uma sociedade agrária e mercantil dos tempos coloniais em uma das mais avançadas sociedades industriais capitalistas do Terceiro Mundo. Entretanto, sua formação social dificilmente perderá sua casta patrimonial, tendo sido reforçadas suas características.* (Ferreira: 1996:173).

Torna-se prematuro, portanto, falar de políticas ambientais, entendidas na esfera do público, bem como de consciência da cidadania no Brasil, em face de ainda estarmos fortemente vinculados a um Estado autoritário, a uma sociedade desigual e despolitizada. Vivemos em um país essencialmente antiético.

Ferreira, em estudo mais recente (1998), afirma a necessidade, até mesmo biológica, da incorporação de uma estrutura ecológica nos processos de decisões políticas e econômicas em qualquer esfera administrativa. A incorporação de uma "cultura" ecologicamente sustentável promove uma maior conscientização da sociedade em relação aos riscos potenciais de escassez absoluta em relação aos recursos naturais, além de fomentar a participação política do cidadão. Além disso, ressalta a autora:

> *Uma consciência sobre os princípios da ecologia conduz ao reconhecimento de que toda atividade humana tem um custo ecológico a ela vinculado, o que significa que qualquer intervenção nos sistemas e processos naturais deve considerar a capacidade de sustentação, a elasticidade e diversidade da base de recursos naturais. Tal consciência também enfatiza a necessidade de compreendermos a natureza holística da vida: a vida biológica, social e política.* (Ferreira, 1998:78).

Nesse sentido, assinalam Toro e Werneck (1997), o Brasil possui três grandes desafios para o próximo século: inserir de forma competitiva em uma economia globalizada, erradicar as desigualdades sociais intoleráveis e desenvolver uma ordem democrática e participativa. Fazendo uma relação entre a questão ambiental e estes desafios os autores afirmam que o patrimônio ambiental deve ser visto como uma vantagem competitiva e, além disso:

- Deve-se ter o cuidado com um novo colonialismo. Nesse sentido a preservação deve ser entendida como uma contribuição efetiva da cidadania brasileira à humanidade;
- Ser um país competitivo com eqüidade interna, o que supõe um conceito ampliado de produtividade e eliminação das desigualdades sociais;
- Passar de Dom a recurso. Trata-se do desafio de preservar e gerar riqueza e não só o dinheiro. Dessa forma enfatizam os autores que:

> *Aprender a cuidar do entorno supõe não confundir riqueza com dinheiro. Não adianta conseguir dinheiro se para isto estamos destruindo a nossa riqueza comum: a água, o oxigênio, a floresta tropical, a biodiversidade.* (Toro & Werneck, 1997:88).

A realidade entretanto, é que as políticas públicas no Brasil, inclusive de meio ambiente, estão a meio caminho entre o discurso atualizado e um comportamento ambiental bastante predatório.

Há no Brasil, segundo Ferreira (1998), uma grande diferença entre a realidade e a retórica traduzida numa legislação ambiental que acompanha a experiência internacional e possui novos instrumentos extremamente sofisticados. Entretanto, as condições de real aplicação são ainda extremamente restritas.

Viola e Leis (1992), assinalam uma mudança substancial do enfoque dado às questões ambientais no Brasil, a partir da metade da década 80. Trata-se da passagem do ambientalismo bissetorial para um ambientalismo multissetorial, voltado para o desenvolvimento sustentado. Os autores identificam cinco setores que passam a atuar em um nível de profissionalização ainda não verificado e com isso inovam a cultura ambiental brasileira. As associações ambientais, com forte influência do movimento ambientalista norte-americano e europeu; As Agências Estatais de meio ambiente, para orientar o sistema de licenciamento ambiental e controle da poluição; o sócioambientalismo, constituído por Organizações Não Governamentais e outros movimentos sociais que incorporam a proteção ambiental; os grupos e as instituições que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental e, finalmente o setor do empresariado que começa a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental.

Nas duas últimas décadas o Brasil tem buscado uma definição mais clara de sua política de meio ambiente. Na realidade há um processo em curso no qual se busca, a partir dos arranjos institucionais, jurídicos, técnicos e políticos, descentralizar a gestão dessa política, buscando com isso de-

senvolver mecanismos mais eficientes para o planejamento e a gestão dos recursos naturais. Deve se levar em consideração, no entanto, que além de ser representativa dos anseios oficiais, uma política de meio ambiente para o Brasil deve alcançar as complexidades inerentes a um vasto território castigado pela herança colonial e neocolonial agro-exportadora, um complexo de sistemas naturais ameaçados e, ainda, de variados grupos étnicos e culturais, também ameaçados, além de uma violenta concentração da riqueza nacional.

O preservacionismo como modelo de gestão

Ao primeiro contato, feito no litoral, os europeus puderam imaginar a riqueza e a pujança do território recém descoberto. A exploração do Pau Brasil, a princípio, foi o cartão de visitas apresentado pelo colonizador, demonstrando a que ele veio. Havia, de um lado uma natureza exuberante e praticamente virgem e, do outro, uma reflexão política sobre como usufruí-la, tendo em vista as projeções econômicas e geopolíticas do poder europeu em expansão.

Segundo Barbiero (1999), desde o século IV começou a se formar na Europa um mito que versava sobre a existência de um Paraíso Terrestre. Essa miragem era projetada numa localidade geográfica real, recôndita em um mundo ainda desconhecido. Por isso que o autor assinala o caráter de ambigüidade nas origens históricas do Brasil colônia. O imaginário que lhe dá forma e matéria é produto de uma aliança secular entre bens espirituais e profanos em que a noção de um mundo sem pecado, se mistura a ambição por riqueza e ouro fácil à flor da terra e minas opulentas de pedras preciosas. Visão essa que tem profunda relação com a nossa própria forma de nos relacionarmos com a natureza. Dessa forma, afirma o autor:

> *A visão do Paraíso Tropical foi anteriormente forjada para justificar o processo de exploração do Brasil Colônia. Essa visão, nós os Brasileiros também a adotamos ao vivermos sobre uma ambigüidade latente entre o paraíso terrestre e uma realidade quase infernal.* (Barbiero, 1999:13).

O ato fundador do Brasil, portanto, foi um projeto de exploração predatória da natureza e, esse estigma está entranhado em seu próprio nome. *"Foi o olhar mercantilista vitorioso, sob as bênçãos da 'Santa Cruz'".* (*Pádua*, 1987:19).

De acordo com Casseti (1991), o processo de apropriação e transformação da natureza no Brasil está vinculado ao argumento histórico de "externalização" da natureza, que serviu e serve como lógica capitalista de acumulação. A idéia de natureza externalizada se caracterizou como forma de natureza hostil, justificando assim seu ataque e domínio por parte do homem

civilizado. Os problemas ambientais no Brasil aparecem, segundo o autor:

> *...Com o processo de ocupação do continente, uma vez que a concepção de país colônia implicava o conceito de propriedade que lhes permitia o direito de saque, predação, submissão e extinção da nação indígena. Portanto, a organização da economia brasileira se dá em função da apropriação capitalista do espaço, materializada na expansão econômica da Europa, que cria uma nova economia: a economia comercial que mais tarde se constituirá nas economias subdesenvolvidas.* (Casseti, 1991:10*).*

O princípio histórico de "Colônia de Exploração" também tem um peso substancial sobre os problemas ambientais brasileiros. Dessa forma, a destruição da natureza no Brasil, parece estar ligada ao interesse do colonizador de não se fixar aqui, mas levar tudo que puder para o Reino.

> *Por mais arraigados (os colonizadores) que na terra estejam e, por mais ricos que sejam, tudo pretendem levar para Portugal e isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída.* (Frei Vicente Salvador. In: Pádua, 1987:47[3], apud Diegues, 1998:112).

Durante o período colonial prevaleceu o olhar mercantilista, que estava interessado em expandir o espaço do comércio, explorar novas riquezas e aumentar a renda da metrópole. Portanto, o tema da natureza, quando tratado pelos cronistas da época, será central para satisfazer não só a curiosidade, como também para formar uma visão atraente do Brasil aos olhos europeus.

Embora se possa falar de movimentos ecológicos somente a partir da década de 60, os registros históricos, entretanto, dão conta da preocupação, mesmo que isolada, de alguns homens públicos altruístas. Sobre este aspecto, Pádua (1987), destaca Jose Bonifácio, como o primeiro autor a se dedicar à defesa da natureza no Brasil.

No caso brasileiro, no entanto, deve ser levado em consideração que o ambientalismo enquanto movimento – como de resto outros movimentos sociais- não tem uma forte preeminência e antecedência histórica do papel da organização da sociedade civil, ao contrário do ambientalismo dos países de primeiro mundo, principalmente os de tradição anglo-saxã. Viola, (1992).

Mesmo para os primeiros grupos de pessoas dedicadas as causas nobres da sociedade, a defesa da natureza tinha um cunho eminente-

mente preservacionista. Essa também era uma influência externa, de culturas predatórias como a européia e norte-americana, que forneceram a visão das instituições privadas de conservação da natureza, como a "Sociedade de Amigos das Árvores" criada em 1931, a "Sociedade para a Defesa da Flora e da Fauna" criada em 1927. Etc. Diegues (1998:125), tece uma crítica a essa visão, ao afirmar que:

> *Esses grupos são constituídos, em geral, por profissionais oriundos da área de ciências naturais para os quais qualquer interferência humana na natureza é negativa. Ideologicamente foram e são influenciados pela visão preservacionista americana... Eles consideram, portanto, que a natureza selvagem é intocada e intocável e é impensável que uma unidade de conservação (Parques Nacionais e Reservas Ecológicas) possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural.*

Para o naturalismo, subjacente a essa idéia preservacionista, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem civilizado, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esse "mito moderno da natureza intocada", segundo Diegues (1996), foi transposto dos Estados Unidos para os países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Essas culturas tradicionais (indígenas, caiçaras, extrativistas, pescadores artesanais, etc.), desenvolvem uma produção que depende muito dos ciclos naturais, e não são devidamente consideradas pelas autoridades responsáveis pelo estudo das Unidades de Conservação, sendo comumente enquadrados como destruidores da vida selvagem, que deve ser mantida para o descanso e lazer do homem civilizado urbano/industrial.

Viola e Leis (1992), também assinalam esse caráter predominantemente preservacionista do ambientalismo no Brasil e que historicamente ganhou um contorno bissetorial, constituído por Associações Ambientais e Agências Estatais de meio ambiente. Com esse formato quase sempre oficial a recepção da problemática ambiental no Brasil de deu de maneira acrítica e que num primeiro momento ficou na base da denúncia restrita às questões locais.

Diegues (1998), assinala que o surgimento do manifesto ecológico brasileiro "O Fim do Futuro" encabeçado pelo ecologista José Lutzemberger, é um marco importante para, em face do contexto histórico, balizar as lutas ecológicas no Brasil, principalmente quanto à destruição provocada pela industrialização periférica, a devastação das florestas no avanço da fronteira agrícola e frente à instalação das usinas nucleares e o militarismo.

Desenvolvimento econômico e sustentabilidade sócio-ambiental no Brasil

Ao prefaciar o relatório produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – intitulado "Nosso Futuro Comum" - Gro Bruntland apontava, como presidente da comissão, a inseparabilidade dos termos meio ambiente e desenvolvimento e que a deterioração ambiental é um desperdício de oportunidades e de recursos. Os vínculos entre pobreza, desigualdade social e deterioração ambiental apontavam para a necessidade de grandes mudanças de atitude e na forma como as sociedades estão organizadas. O mundo deve ser orientado rumo ao "desenvolvimento sustentável", para estabelecer os alicerces de um crescimento convincente e ao mesmo tempo duradouro do ponto de vista social e ambiental.

Ao diagnosticar as condições atuais e apontar as expectativas em relação ao futuro, assim se posiciona a Comissão em relação ao desenvolvimento :

> *De que valia será tal desenvolvimento para o mundo do próximo século, quando haverá o dobro de pessoas a depender do mesmo meio ambiente? Essa constatação ampliou nossa visão do desenvolvimento. Passamos a encará-lo não apenas em seu contexto restrito de crescimento econômico nos países em desenvolvimento. Percebemos que era necessário um outro tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim o "desenvolvimento sustentável" é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações "em desenvolvimento", mas também pelas industrializadas.* (CMMAD, 1987: 04).

Para a Comissão, o desenvolvimento sustentável exige um aprimoramento da tecnologia e da forma de organização social, para proporcionar uma nova era de crescimento econômico. A premissa básica para esse crescimento é o atendimento às condições mínimas de sobrevivência para todos os homens, o que eqüivaleria à erradicação da fome e da miséria absoluta no mundo. Portanto, as falhas que precisam ser corrigidas derivam da pobreza e do modo equivocado com que a sociedade tem buscado a prosperidade: isto é, os povos pobres são obrigados a usar excessivamente seu recurso ambiental a fim de sobreviverem e a prosperidade em algumas partes do mundo é precária, pois foi conseguida mediante a práticas predatórias - agrícolas e industriais – que só trazem lucro e progresso em curto

prazo.

O desenvolvimento sustentável, como conceito amplo, procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Todos os países, ricos e pobres, precisam da integração do meio ambiente e desenvolvimento em uma nova era de crescimento, no qual os problemas do meio ambiente, ao serem tratados localmente, passam a refletir-se em mudanças globais e na melhoria da qualidade de vida das populações. Enfim, a busca do desenvolvimento sustentável exige mudanças nas políticas internas e internacionais de todas as nações.

> *Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação de desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CMMAD, 1987:49).*

Essa espécie de diagnóstico geral, feito inicialmente pela Comissão, deixa claro que a opção para a sustentabilidade ambiental é, basicamente, de ordem política. As principais questões diagnosticadas em países pobres da África e América Latina, como a concentração fundiária, níveis crescentes de concentração de renda e a drenagem de recursos para pagamento da crescente dívida externa, aumentam a pressão sobre os recursos naturais e respondem pela marginalização de grande parcela da população do processo produtivo. A possível solução para essas questões não se inclui nos limites dos territórios nacionais.

No estágio de desenvolvimento atual das forças produtivas, os problemas locais, pontuais, são elencados também com potenciais ameaças ao desenvolvimento sustentável. Portanto, o processo exige mudanças substanciais nos âmbitos internos e externos, para se lidar a um só tempo com as questões ambientais, econômicas e sociais.

No Brasil, a despeito do avanço institucional materializado em um conjunto de normas e do esforço de descentralização das políticas ambientais, observado nas duas últimas décadas, é inegável a incapacidade do País de avançar sobre as questões econômicas e sociais em nível interno. Mantém-se a secular dependência externa e, a despeito do enorme potencial natural, submete-se às políticas que aprofundam o fosso entre os muito ricos e os muito pobres.

Em relação a essas três questões elencadas, o Brasil não se realizou na medida do necessário para buscar uma política de desenvolvimento sustentável. Mantém-se um alto índice de concentração fundiária em um modelo agro–exportador que exige o rompimento do equilíbrio ambiental,

pois tem como base uma produção intensiva e altamente mecanizada através de monoculturas que ocupam vastas áreas, geralmente representativas de importantes ecossistemas intertropicais. Modelo agropecuário secularmente criticado, por ser ambientalmente perverso e socialmente injusto, além de não representar avanços significativos no aumento da produtividade no campo. Há mais de três décadas o Brasil permanece em "safras recordes" que não ultrapassam 80 milhões de toneladas de grãos anualmente.

Lopes (1995), ao criticar o modelo agrícola brasileiro, estabelece um paralelo entre a produção alcançada no Brasil e em países com a Índia e a China. Nestes, a partir de planos sustentáveis para a agricultura, através de uma reforma na estrutura fundiária e no desenvolvimento de técnicas que garantiram o aumento da produtividade rural em área já exploradas, foi possível colher, respectivamente 180 e 530 milhões de toneladas por ano, em média, na década de 90.

A política macro-econômica da chamada "Nova República" impede qualquer tentativa de distribuição de renda no País e, com isso, deixa de impulsionar o crescimento econômico de forma mais homogêneo. O Brasil é o país que apresenta a maior concentração de renda entre 174 nações analisadas pelo relatório publicado em 1999 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Os 20% mais pobres possuem apenas 2,5% dos rendimentos nacionais, enquanto que os 20% mais ricos concentram 64% da renda total. Segundo ainda o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) cerca de 35% dos brasileiros vivem em situação de pobreza, sendo que destes, aproximadamente 21,5 milhões vivem como indigentes – com renda média mensal inferior a 50 reais.

Com relação à dívida externa brasileira os estudos desenvolvidos mais recentemente (APUBH, ANFIP, 2000), alertam para um aumento considerável da evasão de divisas provocado pelos sucessivos acordos internacionais feitos entre o governo brasileiro e o sistema financeiro nacional e internacional. Os juros e amortizações, os chamados serviços da dívida pública brasileira, passaram de U$ 16,8 bilhões em 1995 para uma projeção de U$ 78 bilhões no ano 2000, saltando de aproximadamente 13% da receita corrente do País para cerca de 32%, o que corresponde a 10% do PIB (Produto Interno Bruto). Nesse sentido, todo o esforço de aumento da riqueza interna é consumido pelos serviços da dívida, inviabilizando os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico com equidade social e sustentável ecologicamente.

Esses dados demonstram, finalmente, que em se tratando de premissas básicas para gerar um desenvolvimento sustentável no Brasil, estamos ainda a depender de políticas que sejam representativas de um projeto nacional "endógeno" tal qual preconizavam, no século passado, os pioneiros da discussão da questão ambiental no Brasil.

No plano global, as cooperações bilaterais, principalmente na relação Norte-Sul, que deveriam ser intensificadas, estão longe de se efetivarem em práticas políticas que busquem a superação da pobreza e o respeito aos limites ecológicos, como condição para se alcançar uma sustentabilidade planetária.

Para Becker (1995), o desenvolvimento sustentável não se resume à harmonização da relação economia/ecologia, nem a uma questão técnica. Representa mecanismo de regulação do uso do território que, à semelhança do outras formas de planejamento, tenta ordenar a desordem global. É nesse sentido que ele se torna um instrumento político de legitimação e expansão das atuais forças econômicas.

O Relatório Brundtland tem sido muito criticado por ONG's e ambientalistas dos países do Sul, principalmente por apresentar uma visão a-histórica das necessidades humanas e ignorar as relações desiguais que impõem aos países pobres altos custos ambientais e sociais para o crescimento dos países capitalistas desenvolvidos. Além disso, permeia no relatório a crença nas forças de mercado para resolver os problemas ambientais. *Ele possui um lado ingênuo, ao ignorar a correlação de forças no plano internacional em favor dos países industrializados, as relações desiguais no comércio internacional, o poder das multinacionais.* (Vieira, 1997:131).

Em face dessa vinculação estreita entre o conceito de desenvolvimento sustentável e o sistema econômico capitalista, é que alguns autores discordam da abordagem do crescimento econômico e do avanço tecnológico como redentores do futuro da humanidade.

Para Diegues (1995), o conceito de "sociedades sustentáveis" seria mais adequado pois,

> *Possibilita a cada sociedade definir seus padrões de produção e consumo, bem como seu nível de vida, a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Abandona-se o modelo insustentável das sociedades industrializadas em favor da possibilidade de existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, baseadas no princípio da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política.* (Diegues, 1995 apud Vieira, 1997:131).

Segundo Sachs (1995), estamos vivendo uma crise social nova onde assistimos uma "terceiromundialização" do Planeta, em que a exclusão social, segregação espacial, a pobreza, etc., estão também no centro do debate dos países industriais. Se se tem uma pobreza globalizada, a crise sócio-ambiental também é global. A expressão "desenvolvimento sustentável" gera muita confusão entre o antigo conceito econômico auto-sustentado e não define com clareza de que sustentabilidade se está falando - ecológica, social ou econômi-

ca. Segundo o autor , mais dois critérios devem ser levados em consideração para se pensar numa sociedade global sustentável: o critério cultural – que negaria formas de desenvolvimento que não correspondessem às manifestações culturais de um dado grupo ou povo; e o critério de sustentabilidade espacial-territorial - que seria os problemas da má distribuição dos homens e suas atividades no planeta.

Já para Guatarri (1990), é preciso sair do campo de observação meramente tecnocrática da questão ambiental. Para tanto, deve-se criar uma articulação ético-política entre as três instancias básicas dos registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana.

O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante, no contexto das mutações tecno-científicas e do considerável crescimento demográfico. Com o trabalho social tendo como finalidade uma economia de lucro e concentração de renda, as relações de poder só podem levar a sociedade a dramáticos impasses em todo o mundo. Uma nova ordem que possa responder a atual crise ecológica, deve operar um processo de revolução, como expressa Guatarri (1990:07):

> *Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só a relação de forças visível em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo.*

Na realidade as condições econômicas e sociais colocam limites para a prática do princípio básicos do desenvolvimento sustentável. Falar em desenvolvimento remete-nos, no presente tempo histórico, no desenvolvimento econômico da sociedade capitalista, que está organizado essencialmente a partir da acumulação privada de capital, de um sistema de classes sociais e de uma base de expansão a partir do aumento progressivo do consumo. Trata-se, portanto, de um processo desigual, tanto em nível das relações internacionais quanto na dinâmica interna de cada país.

Para Giansanti (1998), a garantia da sustentabilidade do patrimônio natural, aliada a um desenvolvimento econômico e social pleno supõe alguns desafios: o primeiro deles é o de abandonar a ilusão de que o jogo de forças dos agentes sociais está disposto a repartir a riqueza produzida; em segundo lugar, de que os países pobres poderão obter uma posição de força nas relações econômicas internacionais. Dessa forma, assinala o autor que o conceito de desenvolvimento sustentável remete-nos a um exame críti-

co da noção de necessidades e de padrões de consumo atuais, revendo as finalidades da produção econômica e os valores sociais predominantes, o que envolve também profundas mudanças nas atitudes individuais.

No plano teórico há a perspectiva de se abandonar o conceito de desenvolvimento sustentável como categoria econômica restrita às novas tecnologias e subordinação à manutenção dos níveis de consumo da economia de mercado. Como conceito de amplitude política, entretanto, ele pode nortear novas formas de relações entre a sociedade e a natureza, respeitando os condicionantes naturais, históricos e culturais da sociedade. A biodiversidade natural e a heterogeneidade dos diversos povos do planeta, seriam os elementos essenciais para a garantia de um futuro melhor para os homens.

Referências Bibliográficas

BARBIERO, Alan. Brasis ou Brasil? Reflexões para uma Sociologia da Ambigüidade Brasileira. *Universidade e Sociedade.* Brasília- DF: ANDES, v. 9, n. 20, 1999, p. 11-14.

BECKER, Berta K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: _____ et al (orgs.) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil.* São Paulo:Hucitec, 1995

CASSETI, Valter. *A Essência da Questão Ambiental. Boletim Goiano de Geografia.* Goiânia, v. 11, n.1, p. 1-23, jan/dez. 1991.

CHAVES, Manoel Rodrigues. *A Exploração Legal do Cerrado Brasileiro. Espaço em Revista.* Catalão- GO, v. 2, n. 2, p. 27-35, 1999.

CMMAD- Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada.* São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, Leila Costa, FERREIRA, Lúcia da Costa. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade. In: HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F. (Orgs). *Dilemas sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável.* Campinas: UNICAMP, 1992.

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 1998.

GIASANTI, Roberto. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável.* São Paulo: Atual, 1998. (série meio ambiente).

GUATARRI, Félix. *As Três Ecologias.* Campinas-SP: Papirus, 1990.

LOPES, Alfredo Scheid. Proteção Ambiental e Agricultura. In: TAUK-TORNISIELO, Sâmia Maria et al (orgs). *Análise Ambiental: Estratégias e Ações.* São Paulo: T. A. Queiroz & CEA/UNESP,1995.

PÁDUA, José Augusto. (org.). *Ecologia e Política no Brasil.* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento Sustentável.* Brasília: IBAMA, 1996. (Série Meio Ambiente em Debate, n. 07).

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria. *Mobilização Social: Um Modo de Construir a Democracia e a Participação. Brasília: ABEAS/ UNICEF, 1997*

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização.* Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIOLA, Eduardo J. LEIS, Hector R. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F. (Orgs). *Dilemas sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável.* Campinas: UNICAMP, 1992.